

PORTARIA Nº 1052/2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que dentre os diversos objetivos traçados no Planejamento Estratégico deste Tribunal destaca-se o de assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva;

CONSIDERANDO o elevado número de processos que foram encaminhados para esta Unidade Judiciária para a elaboração de expedientes, visando o descongestionamento na elaboração de atos processuais;

RESOLVE:

Art. 1º – Criar, em caráter provisório, o grupo de trabalho extraordinário constituído pelos seguintes servidores: Fabiana Banhos Coelho, matrícula 200382; José Cláudio Pinto Ferreira, matrícula 200375, exercerão seus trabalhos na Secretaria Judiciária; José Flávio Batista da Silva, matrícula 200708; Silvana Liduina R. Guedes, matrícula 18799; Isabel Cristina Prado Lima, matrícula 37054, exercerão seus trabalhos no Serviço de Recursos Cíveis; Marcos André Silva e Lima, matrícula 4158; Maria do Espírito Santo Lima, matrícula 590; Alderilo Rodrigues Araújo, matrícula 696; Iraci Pires Correia, matrícula 513, exercerão no Serviço de Protocolo; Alan Ferreira Pimentel, matrícula 4308; Wanda Maria Banhos Cordeiro, matrícula 27722, exercerão suas atividades no Serviço de Habeas Corpus; Fernanda Sá Cavalcante, matrícula 1588; no Serviço de Recurso Crime; Herlene Rocha Parente, matrícula 93841, no Serviço de Apelação Crime; Francisco de Assis Rocha, Mat.97909 e Feliza de Sousa Ferreira, matrícula 2049, no Serviço de Atos Processuais.

Art. 2º – O trabalho extraordinário acima referido, será executado de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 11:00 h, durante o período de 30 dias.

Art. 3º – Aos servidores designados para desenvolverem os trabalhos do Grupo, constantes do art. 1º desta Portaria, serão concedidos ou majorados em R\$ 800,00 (oitocentos reais), os valores percebidos a título de gratificação por execução de trabalho relevante, técnico ou científico, prevista no art. 132, inciso IV, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 04 de agosto de 2011.

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA  
PRESIDENTE

PORTARIA N.º 983/2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE, de acordo com a Portaria Nº 815, de 3 de agosto de 2009 (DJ de 05.08.2009), alterada pela Portaria nº 264, de 24 de fevereiro de 2010 (DJ de 25.02.2010) e de conformidade com o Processo nº 8511085-59.2011.8.06.000,

**DESIGNAR DANIEL HENRIQUE PIRES CABRAL**, Analista Judiciário, para viajar a São Paulo-SP, no período de 07 a 13 de agosto do corrente ano, com o objetivo de participar do curso de Refrigeração Aplicada no Senai Oscar Rodrigues Alves, a se realizar no período de 08 a 12 de agosto do corrente ano, concedendo-lhe o pagamento de 06 e ½ (seis e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), e uma ajuda de custo no valor de R\$ 92,00 (noventa e dois reais), totalizando R\$ 1.262,00 (hum mil, duzentos e sessenta e dois reais), bem como passagem aérea nos trechos FORTALEZA/SÃO PAULO/FORTALEZA, para o servidor indicado.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.**

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 20 de julho de 2011.

DES. JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA  
PRESIDENTE DO TJCE

**REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

PORTARIA N.º 1012/2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE, de acordo com a Portaria Nº 815, de 3 de agosto de 2009 (DJ de 05.08.2009), alterada pela Portaria nº 264, de 24 de fevereiro de 2010 (DJ de 25.02.2010) e de conformidade com o Processo nº 8515657-58.2011.8.06.000,

**DESIGNAR** o Juiz Auxiliar da Presidência **FRANCISCO EDUARDO FONTENELE BATISTA**, para viajar a Recife-PE, nos dias 21 e 22 de julho do corrente ano, com o objetivo de se fazer presente na assinatura do Convênio de Precatórios entre o TJCE, TRT 7ª Região e TRF 5ª Região, concedendo-lhe o pagamento de 01 e ½ (uma e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 629,74 (seiscentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos), e uma ajuda de custo no valor de R\$ 92,00 (noventa e dois reais), totalizando R\$ 1.036,61 (hum mil, trinta e seis reais e sessenta e um centavo), bem como passagem aérea nos trechos FORTALEZA/RECIFE/FORTALEZA, para o magistrado indicado.